

LEI 8213/91

Art. 115. Podem ser descontados dos benefícios:

.....

VI - pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, ou por entidades fechadas ou abertas de previdência complementar, públicas e privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, **até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor do benefício, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente** para: [\(Redação dada pela Lei nº 13.183, de 2015\)](#)

- a) amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou [\(Redação dada pela Lei nº 13.183, de 2015\)](#)
- b) utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito. [\(Redação dada pela Lei nº 13.183, de 2015\)](#)

PREVISÃO LEGAL – Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003

- Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS **a proceder aos descontos referidos no art. 1º e autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.** [\(Redação dada pela Lei nº 13.172, de 2015\)](#)

INOVAÇÃO NORMATIVA – IN 100/2018 - BLOQUEIO DE BENEFÍCIOS

- Art. 1º
- § 1º Os benefícios referidos no caput, uma vez concedidos, **permanecerão bloqueados** para a realização de operações relacionadas à consignação de valores relativos a empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil **até que haja autorização expressa para desbloqueio por parte de seu titular ou representante legal.**
- § 2º O desbloqueio referido no § 1º deste artigo somente poderá ser autorizado após noventa dias contados a partir da Data de Despacho do Benefício - DDB, **por meio de serviço eletrônico com acesso autenticado, para tratamento das autorizações emitidas em meio físico ou eletrônico.**

INOVAÇÃO NORMATIVA – PROIBIÇÃO DE MARKETING

- §3º Fica expressamente vedado às instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil que mantenham Convênios e/ou Acordos de Cooperação Técnica com o INSS, diretamente ou por meio de interposta pessoa, física ou jurídica, qualquer atividade de marketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade direcionada a beneficiário específico ou qualquer tipo de atividade tendente a convencer o beneficiário do INSS a celebrar contratos de empréstimo pessoal e cartão de crédito, com pagamento mediante consignação em benefício, antes do decurso de 180 (cento e oitenta) dias contatos a partir da respectiva DDB.

DESCUMPRIMENTO

- **DESCUMPRIMENTO**
- § 4º As atividades referidas no § 3º deste artigo, se realizadas no prazo de vedação, serão consideradas assédio comercial, e serão punidas nos termos do Capítulo XII, sem prejuízo de assim também serem consideradas outras práticas qualificadas como abusivas pelos órgãos de defesa do consumidor.

INOVAÇÃO NORMATIVA – AUTORIZAÇÃO DO TUTOR/CURADOR REALIZAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

- " Art. 3º
- I - o empréstimo seja realizado com instituição financeira que tenha celebrado Convênio e/ou Acordo com o INSS/Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev, para esse fim; (NR)
-
- IV - o representante legal (**tutor ou curador**) poderá autorizar o desconto no respectivo benefício elegível de seu tutelado ou curatelado, na forma do caput, mediante autorização judicial;
- **VII - o representante convencional (procurador) não poderá autorizar os descontos previstos no caput.**

AUTORIZAÇÃO DO EMPRESTIMO

- Art. 2 - **autorização por meio eletrônico**: rotina que permite confirmar a operação realizada nas instituições financeiras, garantindo a integridade da informação, titularidade, não repúdio, a partir de ferramentas eletrônicas;
-
- V - consignações obrigatórias: os descontos obrigatórios a serem feitos na forma do art. 12;
- VI - consignações voluntárias: as consignações autorizadas pelos beneficiários na forma do art. 522 da Instrução Normativa nº 77/PRES/INSS, de 21 de janeiro de 2015; (NR)
-
- XV - **pré-autorização**: autorização do beneficiário ou seu representante legal, para disponibilização dos dados necessários à formalização da operação perante a instituição financeira."

LIBERAÇÃO DO VALOR CONSIGNADO

- **PRAZO PARA LIBERAÇÃO DO VALOR**
- " Art. 23 . Confirmado o efetivo registro da consignação pela Dataprev, a instituição financeira obriga-se a liberar o valor contratado ao beneficiário **no prazo máximo de dois dias úteis, contados da confirmação:**

REPACTUAÇÕES

- **REPACTUAÇÕES**

- § 3º A eventual modificação no valor do benefício ou das margens de consignações de que trata o § 1º do art. 3º, ou, ainda, dos descontos previstos nos incisos do caput, poderá ensejar a reprogramação da retenção ou da consignação, desde que repactuada entre a instituição financeira e o beneficiário, por sua manifestação expressa, sem acréscimo de custos operacionais." (NR)

ACP SÃO LUIZ DO MARANHÃO -

- Art. 21-A Sem prejuízo das informações do art. 21, nas autorizações de descontos decorrentes da celebração de contratos de Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável, o contrato firmado entre o beneficiário do INSS e a instituição consignatária deverá, obrigatoriamente, nos termos da decisão homologatória de acordo firmado na Ação Civil Pública nº 0106890-28.2015.4.01.3700, ser acompanhado de Termo de Consentimento Esclarecido - TCE, que constará de página única, reservada exclusivamente para tal documento, constituindo-se instrumento apartado de outros que formalizem a contratação do Cartão de Crédito Consignado, e conterà, necessariamente:

SUSPENSÃO DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

- Art. 46 . O beneficiário que, a qualquer momento, se sentir prejudicado por operações irregulares ou inexistentes ou que identificar descumprimento do contrato por parte da instituição financeira ou, ainda, de normas estabelecidas por esta IN, poderá registrar sua reclamação na Ouvidoria Geral da Previdência Social, como segue: " (NR)

PROCEDIMENTOS DE RECLAMAÇÃO

- - OUVIDORIA GERAL recebe a reclamação, classifica por instituição financeira e envia, por meio eletrônico, os registros à DATAPREV, que suspenderá imediatamente o empréstimo;
- Dataprev solicita as instituições financeiras, através de fluxo automatizado as informações;
- Decide após avaliação da documentação e comunica na OUVIDORIA.GERAL sua conclusão.
- Caso o beneficiário não concorde deverá apresentar reclamação à ouvidoria às instituições de defesa do consumidor.

APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES

- **PROCEDIMENTOS PARA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES**
-
- " Art. 52-A . As penalidades previstas neste capítulo serão aplicadas mediante observância do devido processo legal, respeitados o contraditório e a ampla defesa, a ser desenvolvido nas seguintes fases:
- I - o processo de apuração por irregularidades nas operações de consignações/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários será iniciado de ofício ou mediante requerimento de qualquer interessado, pela Divisão de Consignações em Benefícios - DCONB, que deverá instruir o processo com todos os elementos necessários à identificação da conduta alegadamente irregular;

CUSTOS OPERACIONAIS

- Art. 53
- § 1º O INSS realizará levantamento anual dos custos operacionais a ele acarretados pelas operações de crédito consignado contratadas.
- § 2º O custo operacional referido no § 1º do caput será fixado em ato próprio do INSS, publicado anualmente, para fins de cobrança às instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, a partir do exercício de 2019.
- § 3º O INSS poderá, mediante ato conjunto, delegar à Dataprev a operacionalização da cobrança dos custos referidos neste artigo.
- § 4º O valor apurado deverá ser cobrado às instituições e sociedades de arrendamento mercantil no ano da apuração, em doze parcelas mensais, calculadas proporcionalmente ao quantitativo de contratos de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil consignados, mediante retenção por ocasião do repasse dos recursos referentes às consignações respectivas.
- § 5º Os custos específicos, relativos às operações de tecnologia da informação, poderão ser cobrados diretamente pela Dataprev às instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, na forma a ser definida pelo ato referido no § 2º deste artigo."